

Editorial

Corte orçamentário faz muito mal à saúde

Com muita razão, gestores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) estão preocupados com o anunciado corte de R\$ 55 bilhões do Orçamento Geral da União para 2012. Provavelmente, esse corte agrada somente aos credores, que serão satisfeitos por outro polpudo superávit primário. Mais uma vez, demonstra-se, na prática, as reais prioridades políticas direcionadas ao mercado financeiro.

Para a saúde, a situação é, a cada dia, mais dramática. Novamente, as tentativas de ‘maquiar’ a falta de recursos ressurgem, e a falaciosa argumentação da precariedade da gestão ganha terreno, dando fôlego à incorporação no SUS dos mecanismos provenientes do gerencialismo e da governança, os quais atendem às lógicas e aos modos de atuação do setor privado.

As pessoas que atuam na linha de frente do SUS, bem como a população que cotidianamente sofre suas agruras nas dificuldades de acesso aos serviços, sabem que não é bem assim. O próprio Governo deve reconhecer que nenhuma investida tecnológica na gestão do sistema compensará o impacto negativo desse corte para o SUS.

O Ministério da Saúde perde muito, especialmente, pelo fato de que os recursos que tinha antes do corte já eram insuficientes para um sistema de saúde para 200 milhões de habitantes. O valor passa agora de R\$ 77,5 bilhões, aprovados pelo Congresso Nacional, para R\$ 72,1 bilhões designados pelo Governo.

O Brasil tem sido alvo de um projeto de desenvolvimento, que foca-se no capital financeiro, no mercado e na sociedade para o consumo. Os direitos sociais nesse contexto são secundarizados. A sucessão de crises do capital financeiro internacional empurra e disciplina o país ao sacrifício das políticas e dos direitos sociais.

Nesse contexto, as políticas de redistribuição das rendas, cujos resultados são inegáveis na melhoria das condições de vida de grupos populacionais menos favorecidos, têm entre seus objetivos realimentar e ampliar o consumo.

O cenário político é complexo e a mobilização setorial mostrou-se frágil na reversão desta Política Governamental. A 14ª Conferência Nacional de Saúde, que trouxe, ao debate sobre saúde, centenas de milhares de usuários, trabalhadores e gestores do SUS, já era letra morta no tocante às suas recomendações sobre o financiamento setorial. A Lei Orçamentária Anual (LOA), para 2012, prevê destinar R\$ 655 bilhões, equivalente a 30% do Orçamento Geral da União, ao refinanciamento e ao pagamento de juros da dívida pública. Matematicamente, esse montante representa mais de nove vezes o valor previsto para a saúde.

Desse modo, R\$ 5,4 bilhões a menos é um rombo considerável que certamente agravará a situação da assistência à população brasileira. Tentativas de mensuração do desempenho do SUS vêm sendo adotadas pelo Ministério da Saúde, apresentadas por meio de um preocupante ranking entre os municípios. Ao comemorar e valorizar a importância da iniciativa de estabelecer mecanismos para a avaliação do desempenho do sistema de saúde, é preciso advertir que os resultados desta classificação de desempenho não devem ser usados como critérios para a definição do repasse orçamentário, premiando-se municípios melhores avaliados. Ao contrário, as fragilidades identificadas devem reforçar a necessidade de mais financiamento para a saúde, mas não devem penalizar os municípios mais frágeis e suas respectivas populações.

A correlação das forças políticas na sociedade não é favorável ao desenvolvimento e à justiça social. Fato este muito grave, especialmente quando o momento exige reverter o destino inexorável ao qual foi remetido o SUS como um sistema de saúde de baixa qualidade, destinado aos mais pobres, ou seja, aos que não podem pagar os planos privados de saúde.

O Brasil, que avança nas políticas de redistribuição de renda, exibe um paradoxal recuo na possibilidade de consolidar o SUS universal, de fato, e com qualidade adequada. Enquanto isso, o mercado dos planos de saúde de baixo custo e baixa qualidade se prolifera, para, mais uma vez, substituir a responsabilidade pública, subtraindo-se da população o direito à saúde. A ‘financeirização’ e ‘mercadorização’ banalizam a saúde e desqualificam a atenção e o cuidado remetidos ao mercado de ofertas de serviços privados, também de qualidade duvidosa.

O projeto societário que fomentou a Constituição Brasileira, baseado na democracia e na solidariedade como base para os Direitos Sociais, incluindo aqueles referentes à Seguridade Social, naufraga nesse contexto perverso e, no momento, já apresenta sequelas de difícil reversão: as dificuldades ao acesso e de qualidade do SUS remetem milhões de trabalhadores e trabalhadoras aos planos privados de saúde. Tal população, que tem direito à saúde, subtraído por essa política econômica predatória de políticas sociais e particularmente de saúde, desviando recursos para os pagamentos de juros de dívidas, já não deposita nenhuma expectativa sobre o SUS e negocia nos seus dissídios planos privados de saúde. Instituiu-se o ‘salve-se quem puder’. O tecido social se rompe e as desigualdades e a injustiça social são acirradas.

O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), como entidade integrante do Movimento Sanitário, manifesta grande preocupação com esta situação. A política, resgatada como prática de preservação e defesa dos interesses públicos e coletivos, talvez seja o caminho mais seguro para lograr mudanças de rumos. Para isso, é preciso reforçar a consciência crítica e a mobilização da sociedade como alternativa possível para o deslocamento da correlação de forças políticas, as quais imperam no país.

As iniciativas atuais que denunciam, reclamam e lutam por mais recursos à saúde para consolidar o SUS como sistema de atenção e cuidado universal, com

qualidade e integralidade, baseadas nos interesses públicos, contam com o apoio e o compromisso do CEBES. Sob estas bandeiras, o CEBES se junta, particularmente, ao Conselho Nacional de Saúde, à Campanha da Fraternidade promovida pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB) e às demais entidades para lutar por mais recursos à saúde do povo brasileiro.

A Diretoria Nacional